

Agricultura de precisão, operações de drones e a mão-de-obra especializada do agronegócio no oeste da Bahia: algumas notas de campo

Roberta Brandão Novaes¹

Resumo: Neste trabalho proponho uma discussão sobre um segmento de trabalhadoras e trabalhadores do agronegócio que tem sido definido como uma mão-de-obra especializada; um segmento de trabalhadores e trabalhadoras que não são trabalhadores ditos “braçais”, e dos quais se demanda, em princípio, alguma escolarização, ou mais escolarização do que dos “braçais”. Esses trabalhadores especializados seriam técnicos e técnicas agrícolas, agrônomos e agrônomas, pilotos, ou pessoas que tenham um ensino médio ou alguma formação que lhes permita lidar ou aprender a lidar com a tecnologia, maquinário e transportes usados na produção do agronegócio, mas não apenas. Demanda-se também daqueles e daquelas que saibam lidar e executar uma gestão que se pretende mais moderna (ou assim se declara) na lógica produtiva do agronegócio. Os dados da etnografia em elaboração aqui apresentados foram produzidos a partir de trabalho de campo nos municípios “oestinos” Riachão das Neves e Barreiras, como são referidos aqueles da região oeste da Bahia. Durante a pesquisa em campo, me foram descritas algumas das ocupações ou atividades que representam aquele segmento que nos interessa compreender: operadores de drone, tratoristas, revendedores, representantes comerciais, operadores agrícolas de colheitadeira e plantadeira, pilotos de avião e profissionais de manutenção de aeronaves agrícolas, gestores, coordenadores de campo, técnicos de segurança, entre outros exemplos. A pesquisa em andamento é relativa ao Projeto “Entre idas, vindas e expulsões: os movimentos populacionais na chamada última fronteira agrícola, o MATOPIBA”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Palavras-chave: Agricultura de precisão. Agronegócio oestino. Mão-de-obra especializada.

1 INTRODUÇÃO²

Neste texto, apresento um relato da minha experiência de trabalho de campo nos municípios de Barreiras e Riachão das Neves, entre os dias 17 e 25 de maio de 2025.

¹Professora substituta da Universidade Estadual de Feira de Santana.

² Gostaria de agradecer às preciosas contribuições de John Comerford, Renata Lacerda e Gabriel Holiver, coordenadores e debatedores do Seminário Temático (ST) “Plantation, plantationoceno, agronegócio e raça”, ao trabalho apresentado. Não houve tempo para incorporação das sugestões de bibliografia e abordagem analítica para submissão deste texto para publicação nos Anais da React. Contudo, tais contribuições certamente serão incorporadas ao longo do processo de pesquisa. Aproveito para agradecer o aceite generoso do trabalho para a apresentação no ST.

Considero este período como um trabalho de campo exploratório, com o objetivo de conhecer a região *oestina* da Bahia, como é chamada por muitas pessoas que lá conheci. O trabalho é pensando por mim como exploratório uma vez que pretendo retornar à região e dar prosseguimento ao trabalho, aprofundando a investigação iniciada.

Em alinhamento com as definições do projeto de pesquisa “Entre idas, vindas e expulsões: os movimentos populacionais na chamada última fronteira agrícola, o MATOPIBA”, meu objeto de investigação são as “novas” profissões associadas à lógica produtiva e organizativa do agronegócio.

Neste sentido, o trabalho de Santos (2021) sobre as reconfigurações do mercado de trabalho do complexo agroindustrial sucroalcooleiro da Região Centro-Sul traz dados e reflexões interessantes para pensar sobre essa explicação das mudanças a partir da incorporação da tecnologia. A autora mencionada não dá naturaliza a ideia de que é preciso incorporar a tecnologia, por isso a mudança no mercado de trabalho. Ela indica que é preciso investigar as alterações nos arranjos regulatórios, políticos e institucionais que organizam o setor.

Em consonância com a perspectiva de Santos, minha a ideia é colocar sob suspeição, ou estranhamento, o que é essa demanda de especialização, ou que há de novo, o que seria essa mão-de-obra especializada. Essas são algumas interrogações iniciais do trabalho.

Há quase vinte anos, em meu trabalho de mestrado, tive como objeto de análise de minha dissertação as práticas de deslocamento, experiências de trabalho e trajetórias dos trabalhadores temporários envolvidos na produção do café em um município da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Naquela ocasião, avaliei, juntamente com meu orientador, que havia poucos estudos antropológicos recentes (à época) sobre trabalhadores assalariados rurais em regiões marcadas pela expansão do chamado agronegócio a partir dos anos 1970 em diante, que havia modificado bastante a configuração do trabalho rural no Brasil naquelas últimas décadas. (Novaes, 2009).

Naquele momento, eu estava inserida no projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um estudo exploratório”, coordenado pelos professores Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ), Beatriz Heredia (PPGSA/IFCS/UFRJ), Leonilde Medeiros

(CPDA/UFRRJ) e Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ). Aquela pesquisa maior teve como objetivo mapear as relações sociais que permeavam o circuito do chamado agronegócio produtor de grãos e café no Mato Grosso, Oeste baiano e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O objeto daquele trabalho se justificava pela importância da realização de estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna agricultura de larga escala, desvendando suas especificidades e contribuindo para o seu entendimento. No contexto mais amplo do projeto acima referido, a investigação das múltiplas faces daquele modelo produtivo se fazia necessária para entender como as condições de trabalho e vida de cada um dos diferentes atores e as relações entre eles que se teciam em torno do que no vocabulário corrente definia-se (e define-se) como agronegócio.

O trabalho de pesquisa iniciado neste ano de 2025 e neste texto apresentado de forma bastante descritiva – o objetivo, em se tratando de uma apresentação em congresso, era submeter os achados iniciais de campo para receber contribuições do seminário temático em que apresentei- se inspira, e de alguma forma pretende reproduzir, uma perspectiva teórica e metodológica apreendida na experiência de investigação propiciada pelo mestrado.

Assim, nesse novo momento, me propus a investigar sobre um segmento de trabalhadoras e trabalhadores do agronegócio que tem sido definido como uma mão-de-obra especializada; um segmento de trabalhadores e trabalhadoras que não são trabalhadores ditos “braçais”, e dos quais se demanda, em princípio, alguma escolarização, ou mais escolarização do que dos “braçais”. Esses trabalhadores especializados seriam técnicos e técnicas agrícolas, agrônomos e agrônomas, pilotos, ou pessoas que tenham um ensino médio ou alguma formação que lhes permita lidar ou aprender a lidar com a tecnologia, maquinário e transportes usados na produção do agronegócio, mas não apenas. Demanda-se também daqueles e daquelas que saibam lidar e executar uma gestão que se pretende mais moderna (ou assim se declara) na lógica produtiva do agronegócio.

O trabalho de Heredia, Palmeira e Leite, “Sociedade e economia do agronegócio no Brasil”, publicado em 2010, é uma das referências iniciais do trabalho. A ideia de pensar como essas relações nisso que se chama agronegócio, que relações dão corpo a

essa lógica. Também em termos de referências iniciais o livro “O novo espírito do capitalismo”, Luc Boltanski me parece interessante para pensar sobre a lógica organizacional de “gestão”.

Durante a pesquisa em campo, me foram descritas algumas das ocupações ou atividades que representam aquele segmento que nos interessa compreender: operadores de drone, tratoristas, revendedores, representantes comerciais, operadores agrícolas de colheitadeira e plantadeira, pilotos de avião e profissionais de manutenção de aeronaves agrícolas, gestores, coordenadores de campo, técnicos de segurança, entre outros exemplos.

A proposição era conseguir chegar a visitar uma fazenda ou conversar com um dono de fazenda ou de um grupo de fazendas, ou alguém que trabalhasse em cargos de direção, administração, tomada de decisões ocupando os níveis mais altos dessas entidades.

Esta pesquisa é um trabalho etnográfico. Nessa primeira etapa do trabalho, fiz um levantamento bibliográfico, pesquisa em sítios na internet, além de registros no diário de campo e fotografias.

Vou relatar especificamente algumas situações, especificamente: uma conversa com uma representante do Sindicato Patronal; e uma visita à uma fazenda de produção de bananas. Por fim, algumas possibilidades de investimento para a continuidade da pesquisa.

2 O CAMPO

Cheguei em Barreiras no sábado, em meados de maio, por volta de uma hora da tarde. O atendente da recepção do hotel era um jovem rapaz gaúcho que está desde 2002 na Bahia. Ele era jovem, aparentava ter em torno de 30 anos.

O taxista que me levou da rodoviária ao hotel, quando perguntei se ele era de Barreiras, ele me disse que não. Disse que era de uma cidade próxima, cujo nome não consegui registrar. Ainda sobre essa questão dos motoristas de aplicativo: a motorista que me levou ao restaurante para jantar também não era de Barreiras. Disse que já havia

viajado muito, que morou seis meses em Curitiba, em Minas Gerais, esteve em Goiânia, nos Estados Unidos e no Rio de Janeiro. Observou que a ida ao Rio de Janeiro foi a melhor viagem que fez “na vida”.

No dia seguinte, domingo, no restaurante do hotel, ao tomar café, percebi, ao prestar atenção na conversa, que a família dona do hotel, reunida naquele momento, tomando café da manhã, era da região sul do país. Seriam gaúchos ou paranaenses?, me perguntei. Havia, junto com uma moça que aparentava ter por volta de uns 40 anos; uma senhora, que era a mãe dela, um homem, que logo em seguida vi ser o companheiro da moça, e um senhor mais velho. Ambos estavam com botas, dessas de andar em regiões rurais ou no campo. Imaginei que poderiam ter relação com a produção agrícola ou mesmo com o agronegócio.

Esses primeiros contatos na chegada à cidade me deram a impressão de um certo “tom” da minha estada: gente que circula, gente que não é de Barreiras, e uma percepção de que, de algum modo, o “rural” (assim considerado, genericamente), mobiliza ou envolve toda a cidade.

Em relação às minhas investidas para me aproximar do agronegócio local, um dos lugares que consegui acessar para uma conversa foi o Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), que faz parte da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Também pesquisei no sítio na *internet* do SPRB os programas que desenvolvem, como o Agrojovem e o Jovem Aprendiz Rural.

Uma empresa importante no lugar é o grupo da família Schmidt, que é uma referência de gestão do agronegócio e da produção agrícola da região, bem como a empresa Horita Empreendimentos Agrícolas. A sede do grupo Schmidt fica em Luís Eduardo Magalhães, referida comumente como LEM. Outro lugar importante é a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), cujo presidente naquele momento em que estive em Barreiras era um membro da família Schmidt, o Moisés Schmidt. O sítio na *internet* da AIBA destaca a atuação da entidade em “ações com foco em tecnologia e inovação”; “ações que contribuem para o desenvolvimento regional”;

“ações para a melhoria da infraestrutura e logística”; e “ações pensadas na preservação ambiental”.

Outras informações por mim registradas nas conversas iniciais é que o município de Riachão das Neves, próximo a Barreiras, seria uma área de irrigação e exportação de bananas. Bom Jesus da Lapa, outro município *oestino*, é, segundo essas fontes, o maior produtor de banana do Brasil. Há também uma ideia da “diversificação da fronteira agrícola” na região, com a fruticultura, muito embora a produção de soja, algodão e milho sejam referidas como a referência da região.

Em um primeiro momento da conversa que tive no sindicato patronal, a representante com quem conversei me falou um pouco da sua trajetória. Ela veio de Salvador para fazer o curso de agronomia na Universidade Federal do Oeste da Bahia, a UFOB. Ela está em Barreiras desde 2010. Ainda quando era estudante, começou um estágio como corretora de *commodities*. Está no sindicato desde 2023.

A minha conversa com ela se deu em torno das demandas de profissionais para atuação no setor da região, do “perfil” dos trabalhadores locais. Nos próximos parágrafos, sistematizo algumas anotações feitas a mão por mim, no meu caderno de campo, durante a conversa.

O SPRB foi fundado em 1992. Na equipe do escritório trabalham 5 pessoas, enquanto na fazenda-escola, onde são dados os cursos do Jovem Aprendiz Rural, são 3 funcionários. No escritório os cargos são: coordenação-geral; administrador financeiro, um mobilizador/organizador de evento; uma assessoria de comunicação; serviços gerais e um estagiário. Na fazenda tem um coordenador de campo; um assistente de campo e serviços gerais.

Minha entrevistada enfatizou a atuação do sindicato na formação de jovens da região com o fornecimento de cursos e capacitações para trabalhar com solo, fruticultura, assistência técnica, produção animal e vegetal. Há cursos em Técnico em Agronegócio e em Zootecnia e na modalidade semipresencial. O sindicato tem entre 180 e 190 associados. Ela enfatizou que na atualidade há uma boa relação com o sindicato dos trabalhadores, mas que no passado já foi de “guerra”.

Quando perguntei sobre a mão-de-obra da produção agrícola ou agropecuária ou do agronegócio da região, a moça me disse que ali não havia “mão-de-obra nem qualificada nem desqualificada”. Ela falou sobre projeto Jovem Aprendiz Rural, que contrata jovens entre 18 e 23 anos, executado pelo sindicato. Naquele momento, o projeto contava com 180 jovens. Desde 2012, o programa Jovem Aprendiz Rural abre turmas todo ano. Cada turma tem em torno de 30 estudantes.

A seguir, inseri duas capturas de tela feitas do sítio da *internet* do sindicato patronal, em que noticiam sobre esse a formação propiciada pelo programa Jovem Aprendiz:

Figura 1 – Captura de tela SPRB



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

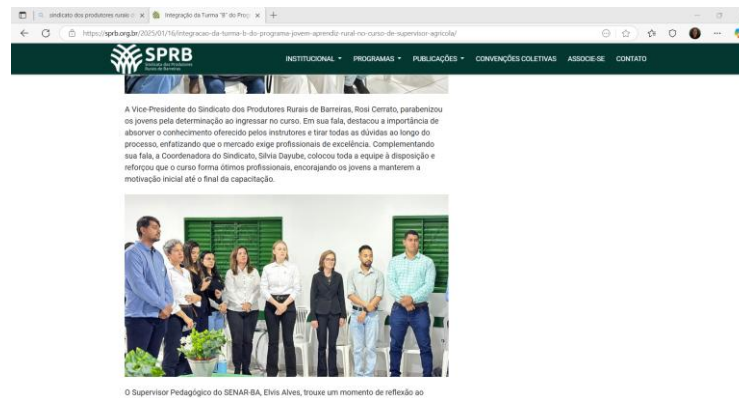
PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

8

Figura 2- Captura de tela SPRB



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

No projeto acima referido, as jovens e os jovens participantes estudam sobre “gestão”, “comunicação”, “relacionamento”; “tecnologia”, “geoprocessamento”, “agricultura de precisão”. Eles e elas passam “dez meses dentro da fazenda”, trabalhando durante meio período. Há duas fazendas em que eles fazem esse tipo de formação prática: a Fazenda Escola DNR, em São José do Rio Grande, e a Fazenda Paulo Misotti, em Barreiras.

Segundo a minha entrevistada, muitos trabalhadores não querem assinar a carteira de trabalho para não perder benefícios sociais. Alguns jovens querem sair do curso para se dedicar à internet, tentar se tornarem influenciadores digitais na rede social *tik-tok*.

Minha interlocutora observou ainda que há uma expansão da agroindústria na região e que é um setor bem remunerado. Ganha-se no mínimo, ela contou, em torno de 1.800 ou 2.100 reais. Há uma alta rotatividade da mão-de-obra da região. Ela observou que em Barreiras há uma demanda por uma formação de nível técnico ou superior.

Ela também falou que em razão da mecanização agrícola, há demanda para operadores agrícolas, de colheitadeira e de plantadeira. Os salários por essas funções seriam em torno de 5 mil a 7 mil reais. Haveria ainda participação nos lucros nas empresas para os funcionários.

No decorrer da conversa, a entrevistada seguiu me explicando como funcionam algumas inovações tecnológicas, por assim dizer, do setor. O operador de drone pode

fazer o monitoramento substituindo os pragueiros. Há também o drone de pulverização. Ela disse que é preciso uma habilitação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para operar esses drones. E para fazer pulverização, é necessária uma licença concedida pelo Ministério da Agricultura (MAPA).

A minha pergunta sobre a relação da UNEB com esse mercado de trabalho do agronegócio, minha entrevistada citou um professor que veio de São Paulo, e que “transformou a interlocução do setor com a universidade” e falou sobre um projeto que a Embrapa faz com os cursos de química e de agronomia. Ela afirmou ainda que “há muito assédio do mercado de trabalho” às pessoas com a formação ou experiência em atividade agrícola e que “a mão-de-obra mais tecnicizada vai para São Paulo e Minas Gerais”.

A representante do sindicato patronal afirmou também que “o agro é muito atacado”, e que as pessoas não conhecem as trajetórias dessas famílias que se tornaram referências ou produtores/empresários grandes do agronegócio da região. Ela disse que as pessoas acham que eles sempre foram ricos, e que não é assim. Que quando eles chegaram na região, não tinha nada, ficaram “debaixo de lona”. A sua fala foi no sentido que essas famílias que chegaram – ela disse que “98% são sulistas” e que lá tem uma tradição de associativismo. Nesse momento, ela citou a Cooperfarms, em LEM e o livro “Epopeia do Agro” conta a história dos “pioneiros”.

Eu perguntei a ela sobre o que significa o termo “agricultura de precisão”, ao que ela respondeu que “é um olhar bem focado para a precisão de resultados”. Ela disse que esse tipo de agricultura “trabalha muito com mapa, sondas, sensores, mapeamento nas áreas”. “Muita precisão de dados”; “calorimetria”.

Outro lugar em que pude ter acesso a pessoas que trabalham, de diferentes formas com o agronegócio local, foi na Academia Barreirense de Letras (ABL). Conheci um profissional da área de “*business*”, como ele se definiu. Ele é de João Pessoa, Paraíba, e se registrei de forma precisa a nossa conversa, ele vive há cerca de 15 anos em Barreiras. Em seu sítio na *internet*, ele vende cursos, palestras e livros sobre inteligência emocional e um método por ele criado para alcançar a felicidade na vida pessoal e profissional, a “maestria da mente”. Ele tem diversos livros digitais publicados sobre esses temas.

Conheci também um técnico agrícola aposentado; um pernambucano, que tem 67 anos e vive há mais de 40 anos na Bahia. Ele trabalhou na Emater e no Banco do Nordeste. Esse senhor insistiu muito para que eu conversasse com um outro senhor que ele disse ser “gerente” de uma fazenda. Aquele primeiro, darei o nome de Antônio; e ao segundo de Joaquim. Antônio contou que Joaquim desenvolvia “um trabalho de “qualificação muito importante” com os trabalhadores da fazenda.

Um professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) me indicou que conversasse com o rapaz da área de *business* porque ele “dá muitas palestras para o Agro”; a indicação de Antônio seria porque como técnico agrícola e o tempo que trabalhou no Banco do Nordeste, ele conhece muita gente na cidade. Antônio também seria alguém que tem um bom trânsito tanto com “produtores ou “fazendeiros” – se quisermos assumir essa forma de referimento, ainda que de modo provisório - e com trabalhadores, ou com pessoas do campo mais “progressista” ou ligada a movimentos sociais populares.

Outra pessoa que conheci em um evento da ABL foi também um “jornalista do agronegócio”, que tem um *blog* chamado “Raízes do Agronegócio”.

Nesse dia, o professor da Ufob me mandou uma mensagem dizendo que passaria meu contato para um senhor que trabalha numa fazenda, o Joaquim, aquele senhor já mencionado por Antônio. Não demorou para que o próprio Antônio entrasse em contato comigo através do *whatsapp* para dizer que estava fazendo contato com o gerente (a princípio) de uma das fazendas de um grande grupo, cujo um dos donos/sócios/diretores é um ex-diretor da AIBA. Joaquim me disse que seria importante que eu conversasse com o gerente para ter a “visão do gestor” da fazenda e compreender a lógica da gestão.

Com o objetivo de compreender a organização produtiva, a hierarquia organizacional e as funções de trabalho, fiz uma visita a ida à já referida fazenda de produção de bananas na companhia de Joaquim e Antônio, em uma sexta-feira. No caminho até a fazenda, fiz algumas anotações, que apresento a seguir.

Essa fazenda fica no distrito de São José do Rio Grande, no município de Riachão das Neves, a 55 km de Barreiras. Essa região está no perímetro do Nupeba³, que é um

³ [Projeto Público de Irrigação Nupeba — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Codevasf.](#)

projeto público de irrigação executado pela Companhia de Irrigação dos vales do São Francisco e Parnaíba⁴.

A fazenda tem 140 hectares de banana nanica e 7 hectares de banana prata. São três sócios os donos da fazenda, de duas famílias sulistas que teriam chegado há anos na região.

Joaquim tinha 67 anos em maio de 2025. Ele é representante comercial da fazenda há três anos. Ele é natural de Manga, em Minas Gerais, de onde saiu para Barreiras em 1976. Ele disse que lá casou e “criou raízes”. Joaquim teve um pequeno mercado por 30 anos. Sempre trabalhou no setor administrativo, de vendas e como empresário. Depois de um tempo trabalhando na fazenda, Joaquim fez a graduação em administração de empresas.

A produção da fazenda é vendida para Brasília, Goiânia, Tocantins e Belém do Pará, para atravessadores. A fruta é vendida *in natura*. Na fazenda não tem climatização, então não há como armazenar a fruta.

Joaquim enfatizou bastante a ideia de que a fazenda tem uma “gestão humanizada”. Havia um gerente da fazenda que foi demitido porque tratava mal os trabalhadores, era grosseiro. Me foi dito que ele poderia ter sido demitido por “justa causa”, mas que a fazenda não quis. Embora a relação dele com os trabalhadores fosse ruim, parece que a razão da demissão foi assédio sexual a uma das funcionárias.

Quando da saída desse gerente, um “gestor” foi contratado. Procurando rapidamente pelo nome do grupo da fazenda na *internet*, encontrei um perfil na rede social *instagram*, em que aparecem algumas fotos e informações sobre esse rapaz. Ele é formado em ciências contábeis. Em uma das fotos em que aparece a imagem dele, aparece também uma breve descrição da sua formação acadêmica e o dizer “gestão humanizada”.

O que o Joaquim conta é que com a substituição do “gerente” pelo “gestor” houve uma grande mudança na direção da fazenda. O “gestor, diferentemente do “gerente”, trata bem os funcionários, os incentiva a voltar a estudar e apoia iniciativas como o grupo de estudos conduzido pelo Joaquim. O grupo conta com 11 pessoas e se reúne sempre às

⁴ [Codevasf — Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Codevasf.](#)

segundas à noite, no segundo andar de uma padaria que ficava na área mais urbanizada de São José. A fazenda fornece o “*coffee-break*” para os membros do grupo. Há uma camisa polo do grupo, cujo símbolo colocado na altura do peito, à esquerda, é uma coruja. Joaquim me explicou que a escolha do símbolo é porque a coruja simboliza conhecimento. Também me foi dito que, depois que iniciaram o grupo de estudos, três funcionários da fazenda voltaram a estudar e passaram a cursar agronomia. Joaquim também disse que a fazenda custeava o transporte para que esses três funcionários pudessem se deslocar até a faculdade para estudar.

Perguntei ao Joaquim se gestor e gerente eram a mesma função. Ele disse que não. Disse que a fazenda não tinha mais gerente, apenas gestor. E, pela sua explicação, entendi que a diferença entre um “gerente” e um “gestor”, na maneira como entendia, era o modo de condução da organização da fazenda e, sobretudo, da lida com os trabalhadores e trabalhadoras. O que entendo da percepção de Joaquim é que o “gestor” é alguém que é um “líder”, incentiva os funcionários a estudarem e se qualificarem, abandona práticas - que podemos dizer tradicionais - de maus-tratos a trabalhadores subordinados; o “gestor” preza pela humanização na lida com as pessoas; alguém que “lidera”, algo que é substantivamente diferente, nessa concepção de mandar ou exercer autoridade pelo medo e pela força, que é o que o “gerente” fazia.

Joaquim também disse que a ideia de criar um grupo de estudos era dar a “oportunidade de liderar” a outras pessoas, aos trabalhadores. Ele explicou que nas reuniões do grupo usam “materiais de gestão e oratória”. Ele contou também que, depois que diversos funcionários começaram a frequentar o grupo de estudos, que o “gestor” percebeu que havia mudanças de comportamento”.

Joaquim também disse que o “grupo é uma referência para outras fazendas”, que todos “lideram” a fazenda; “a responsabilidade é de todos”; “é uma unidade”; “todos se preocupam com tudo”. Disse que o grupo de estudos e a mudança na “gestão” melhorou o comportamento dos subordinados. Disse que, inclusive, até mesmo o comportamento com as famílias melhorou. Enfatizou diversas vezes que a fazenda tem uma “gestão humanizada” e que entenderam que era preciso pensar não apenas na produção, mas nas pessoas que trabalham na fazenda. Joaquim contou que se sente muito grato por fazer

esse trabalho. Ele também observou que empresta (ou consegue, algo assim) vários livros para os participantes do grupo de estudos. Ele disse que Joana⁵, desde a sua inserção no grupo, já leu de quatro a cinco livros, e que Renato⁶ já leu em torno de doze livros.

Em um primeiro momento da visita, fui apresentada aos trabalhadores da fazenda que ocupam as funções de trabalho que mais me interessavam conhecer. Todos se apresentaram, contaram de onde são, de sua função ocupacional na Fazenda e falaram da importância do grupo de estudos, sobretudo em seu incentivo para voltar a estudar. Muitos dos funcionários vestiam a camisa do grupo de estudos. Depois dessa conversa inicial, o senhor Joaquim me apresentou com seu livro “Um pomar de poesias”. O livro foi assinado por todos os colaboradores e colaboradoras que contribuíram com seus depoimentos para a publicação.

Em relação aos funcionários que se apresentaram para mim, consegui fazer os seguintes registros, da forma como eles se apresentaram:

- Um rapaz tem 27 anos, nível técnico, trabalha na área de aplicação. Mora em Riachão das Neves, está há 6 anos no grupo. É nascido e criado em Brasília.
- Outro rapaz tem 37 anos. É coordenador de colheita e embalagem. Nasceu em Barreiras. Mora em São José e está há 4 anos no grupo.
- Também outro homem tem 33 anos e é de Riachão das Neves. É da equipe técnica de adubações. É responsável por 16 funcionários, por aplicações. Faz parte do grupo de estudos. Está há mais ou menos 4 anos no grupo.
- Joana, já mencionada tem 26 anos. Está no grupo há dois anos e três meses. Trabalha no setor administrativo. Já trabalhou no setor de embalagem. Faz parte do grupo de estudos. Ela é de Riachão das Neves.
- Outra moça tem 26 anos. Está na fazenda há 5 anos. É assistente administrativa – é a intermediária do escritório em LEM. Sobre o grupo de estudos, disse que aprendeu a importância da “oratória, da forma de se comunicar com o colaborador”. Ela mora em São José e nasceu em Riachão.

⁵ Nome fictício.

⁶ Nome fictício.

- Ainda uma terceira jovem tem 28 anos. É nascida em Barreiras e criada em São José. Trabalha na casa das embalagens (*packing house*).

- Renato, também já mencionado, tem 25 anos. É coordenador de campo. Trabalha com tratos culturais. Está no grupo há pouco mais de 4 anos. Faz parte do grupo de estudos. É de Riachão e nasceu em São José.

- Outros três homens: um tem 29 anos. É um colaborador. Trabalha com manejo, irrigação e desfolha. Faz parte do grupo de estudos. É de Cotejipe. Está há mais ou menos dois anos no grupo; o segundo tem 37 anos. Está há 5 anos na empresa. Ele faz parte do grupo de estudos. Sua função é líder de colheita: ele coordena a equipe de colheita. Disse ter muito orgulho de fazer parte do grupo; o terceiro tem 27 anos. É líder da casa de embalagens. Faz parte do grupo de estudos. Está há 5 anos na empresa.

Ainda em relação à hierarquia das funções na fazenda, Joaquim me explicou que: além do gestor, há três “coordenadores de campo”, que seriam como gerentes (mas uma função diferente do antigo gerente, agora substituído por um gestor); quatro “líderes” – que trabalham com a parte mais operacional; e os “capitães” que são três por equipe. Os “capitães” são os “intermediários” na relação com as equipes de campo, que são quatro: a de tratos culturais; de irrigação; de aplicação; e a de colheita, embalagem e carregamento das bananas nos caminhões. Há ainda um técnico de segurança do trabalho. Também disseram que um cozinheiro seria contratado em breve, para cozinhar para os funcionários em uma cozinha recém-construída (bastante ampla e muito bem equipada).

Após esse momento de apresentação, Joana e uma segunda jovem circularam comigo e falaram sobre a organização da produção e os diferentes espaços da fazenda, como a biofábrica, o setor de compostagem e a *packing house*. A *packing house* é o lugar onde as bananas são lavadas em um grande tanque e depois colocadas em caixas nos caminhões para serem retiradas da fazenda. Também me foi explicado que é feito um controle biológico das pragas que afetam o bananal. Foi bastante enfatizado que a fazenda “não trabalha com agrotóxicos”.

3 NOTAS FINAIS: Possibilidades de continuidade

Ainda sobre as possibilidades da continuidade da pesquisa, uma conversa com uma professora da Uneb, sugeriu diversas possibilidades. Algumas dessas dicas é que em relação a essas profissões associadas ao agronegócio estão as oficinas onde se consertam tratores; lugares onde são feitas lavagens de carretas e caminhões. Ela me sugeriu investigar como seriam a vida dessas pessoas; ela disse que não há equipamentos de proteção e nem contrato formal de trabalho, e as condições de trabalho são bastante precárias.

Interessante observar também como nos relatos, nos inúmeros lugares onde estive em Barreiras, as pessoas estavam sempre me contando sobre lugares onde estiveram; onde nasceram, por onde circularam. Diversos motoristas de aplicativos com quem conversei relataram terem tido experiências de trabalho no “agronegócio”.

Aquela professora também observou que os estudantes dos cursos da universidade vêm de muitos lugares diferentes, como Piauí, Tocantins, sul da Bahia e interior de São Paulo. Em sua visão, que há uma disputa pelo currículo escolar nas escolas, uma “disputa no sistema educacional”. A professora citou ainda que as mulheres das famílias do agronegócio local atuam em dois projetos que alcançam as escolas da região: “Mães do Agronegócio” e “Algodão que aquece”. Há uma cartilha sobre o meio ambiente que é feita pelo agronegócio e distribuída nas escolas.

Uma conversa com o coordenador de uma ONG ligada à igreja católica, que trabalha mais diretamente com as comunidades tradicionais da região também foi muito importante. Sobre a atuação da ONG, ele define como “uma voz crítica a esse modelo prevalecente”, disse referindo-se ao agronegócio.

Em relação ao meu interesse de pesquisa, perguntei a esse entrevistado se não há jovens das comunidades tradicionais que trabalham nas fazendas ou propriedades do agronegócio, ao que ele respondeu que sim. Ele disse que há muitos jovens das comunidades que trabalham nessas empresas e que ganham dinheiro e “investem” esse “recurso” na própria comunidade, na “origem”. Ele afirmou ainda que “a vida acontece nas comunidades” e que há “muita cooptação”, referindo-se ao fato de muitos jovens das comunidades tradicionais irem trabalhar para o agronegócio, e, em alguma medida, acabarem reproduzindo o discurso do chamado “agro”. Ele colocou que há uma

difficuldade de o jovem permanecer no campo, nas comunidades, em razão da dificuldade de obter renda. Ele sugeriu ainda que seria interessante pensar em conversar com esses jovens e ver como avaliam esse modelo onde estão inseridos.

Essas são questões e o material empírico, apresentados nessa forma de diário, são, por ora, perspectivas de abordagem a serem investigadas e refletidas ao longo do processo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: ALVES, F; NOVAES, J. R. (org.) **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

BAILEY, F. G. Chapter 13. The management of reputations and the process of change. **Gifts and poison. The politics of reputation**. Oxford. Basil Blackwell. 1971.

BECKER, H. Capítulo 2: Problemas de Inferência e prova na observação participante. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo. Hucitec. 1993.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro. FGV. 1996.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo. Capital comercial, geopolítica e agroindústria**. Economia, teses e dissertações. Publicação do departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. UFU. S/d.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 1-19, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/i/2010.v25n74/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. (org.) **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo**

Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

PALMEIRA, M; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Santos, R; Costa, L. F. C. (orgs). **Política e reforma agrária.** Mauad. Rio de Janeiro. 1998.

PEIRANO, M. Capítulo 2: A favor da etnografia. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1995.

SANTOS, Caroline. **Transformações tecnológicas do agronegócio sucroalcooleiro na Região Centro-Sul e reconfigurações do mercado de trabalho para profissionais especializados de nível médio e superior: novas relações com o setor de serviços?.** 2021. 357 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SCOTT, J. Every Day forms of peasant resistance. In: **The Journal of Peasant Studies.** 13 (2): 5-35, january. 1986.